



Frente de Segurança
Alimentar e Nutricional

**Evidencias para fortalecer o
futuro dos territorios rurais:**
Determinantes da permanência
das juventudes no meio rural

1. Apresentação

1.1 Contexto

A agricultura familiar desempenha um papel essencial para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil. Além de ser responsável por uma parcela significativa dos alimentos consumidos no país, fortalece as economias locais, gera emprego e renda, preserva conhecimentos tradicionais e contribui para a conservação dos recursos naturais.

Apesar de sua relevância, o meio rural brasileiro enfrenta desafios importantes. O envelhecimento da população agrícola e o êxodo das juventudes para os centros urbanos têm comprometido a sucessão rural e a continuidade das unidades produtivas familiares. Esse movimento é influenciado por fatores diversos, como acesso à educação, oportunidades de trabalho, renda, infraestrutura, serviços públicos e perspectivas de futuro.

Ao mesmo tempo, o fortalecimento da agricultura familiar está diretamente relacionado à promoção da segurança alimentar e nutricional. Em um cenário em que milhões de brasileiros ainda convivem com algum grau de insegurança alimentar, apoiar o desenvolvimento rural torna-se uma estratégia fundamental para ampliar a produção de alimentos, gerar renda e fortalecer os territórios.

1.2 O projeto FRENTE SAN

O projeto Frente SAN (Frente de Segurança Alimentar e Nutricional), iniciativa da Fundação Vale, com o cofinanciamento do BNDES e a execução do Instituto Meio, nasceu em 2022 para fortalecer a agricultura familiar no Maranhão e em Minas Gerais. Seu objetivo principal é desenvolver arranjos produtivos estratégicos e fomentar o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a segurança alimentar. A iniciativa representa um compromisso com a transformação social e a valorização de quem trabalha a terra. Mais do que construir um futuro em que a segurança alimentar e a autonomia não sejam privilégios, o projeto busca criar caminhos sustentáveis para que comunidades rurais prosperem com dignidade e respeito às suas vocações locais.

Os municípios de atuação do projeto são:

Minas Gerais

- Rio Piracicaba
- Santa Bárbara
- Catas Altas
- São Gonçalo do Rio Abaixo

Maranhão

- Arari
- Bacabeira
- Santa Rita
- Itapecuru Mirim
- Vitória do Mearim

1.3 A participação da juventude rural na Segurança Alimentar

Ao longo da execução do projeto, tornou-se evidente que um dos principais desafios para o fortalecimento da agricultura familiar é a permanência das juventudes no meio rural.

A continuidade das atividades produtivas depende da sucessão entre gerações, mas muitos jovens deixam o campo em busca de oportunidades de estudo, trabalho e melhores condições de vida. Essa decisão é influenciada por fatores econômicos, sociais, culturais e territoriais que variam entre regiões e comunidades.

Compreender esses fatores é essencial para orientar estratégias e investimentos capazes de fortalecer as oportunidades para as juventudes rurais e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Nesse contexto, o Instituto Meio, em parceria com o Instituto Veredas, desenvolveu esta pesquisa para identificar os principais fatores que influenciam a decisão dos jovens de permanecer ou deixar o meio rural nos territórios de atuação do projeto.

1.4 Objetivo da pesquisa

O estudo busca identificar os fatores multidimensionais que influenciam a permanência das juventudes no campo, considerando aspectos econômicos, sociais, culturais, familiares e territoriais.

A principal pergunta que orienta esta pesquisa é:

Quais fatores influenciam a decisão dos jovens de permanecer ou deixar o meio rural?

1.5 Como a pesquisa foi desenvolvida

A pesquisa foi desenvolvida por meio da metodologia de Resposta Rápida (Rapid Review), abordagem que permite reunir e sintetizar evidências científicas de forma sistematizada em um período reduzido de tempo, mantendo rigor metodológico e confiabilidade dos resultados.

O estudo combinou duas fontes de informação:

- uma revisão da literatura nacional e internacional sobre juventudes rurais, sucessão rural e permanência no campo;
- a análise dos questionários aplicados anteriormente pelo Instituto Meio junto aos jovens dos territórios participantes do projeto.

A integração dessas evidências permitiu compreender tanto o que a literatura aponta sobre o tema quanto as percepções e experiências dos próprios jovens, oferecendo subsídios para a construção de estratégias voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, da sucessão rural e do desenvolvimento territorial sustentável.

Evidências para fortalecer o futuro dos territórios rurais: determinantes da permanência das juventudes no meio rural

Período: 16 de março a 04 de maio de 2026

Citação sugerida: Benatti, Gabriela; Gomes, Pedro; Campos, Júlio Nunes; Ribeiro, Flávia. **Evidências para fortalecer o futuro dos territórios rurais: determinantes da permanência das juventudes no meio rural**: Resposta rápida. São Paulo: Instituto Veredas, 2026.

Pergunta

Quais são os fatores que influenciam a permanência das juventudes no campo?

Metodologia: Descrita no Anexo (página 35).

Sumário dos achados

Esta Resposta Rápida (RR) incluiu 44 documentos, que tratam sobre os determinantes que influenciam a saída e a permanência das juventudes no meio rural brasileiro, e que adotam abordagens metodológicas diversas, incluindo análises comparativas, estudos de caso e revisões de literatura. A literatura aponta que fatores estruturais, como renda, acesso à terra e nível educacional, são necessários, mas não suficientes para explicar as decisões de permanência ou saída. Esses determinantes operam de forma interdependente com dimensões simbólicas e subjetivas, como identidade, pertencimento e projeção de futuro. A permanência tende a ser mais provável quando as juventudes se reconhecem como sujeitos rurais e percebem o território não apenas como espaço de trabalho, mas como um ambiente viável de vida, realização e mobilidade social. Por outro lado, a ausência dessa identificação e de perspectivas positivas sobre o futuro no campo atua como fator de expulsão, mesmo em contextos com condições materiais relativamente favoráveis. A literatura revisada apresenta, contudo, lacunas relevantes que limitam a compreensão integral do fenômeno. Há escassez de evidências que considerem o recorte racial e étnico nos determinantes de permanência, sobretudo no que se refere às trajetórias específicas de juventudes negras, quilombolas e indígenas no campo. De modo semelhante, são pouco abordadas as condições enfrentadas por jovens com deficiência e por grupos em situação de vulnerabilidade de saúde, cujas demandas tendem a permanecer invisibilizadas nas evidências sobre sucessão rural. Os principais achados da literatura selecionada e de entrevistas realizadas nos territórios de Minas Gerais e Maranhão estão detalhados nas próximas seções deste documento.

Introdução

O desinteresse da juventude em permanecer no campo e a promoção da sucessão rural representam desafios para o desenvolvimento dos territórios rurais, especialmente da agricultura familiar. Apesar da sua importância estratégica, se observa um êxodo de jovens, motivado por fatores multidimensionais. Esta dinâmica ameaça a continuidade das unidades produtivas familiares, que dependem da sucessão familiar, e pode aprofundar problemas produtivos relacionados ao envelhecimento da população no campo, bem como a concentração fundiária.

A decisão de permanecer ou sair do campo é atravessada por dimensões simbólicas e afetivas que não se reduzem aos fatores estruturais. O vínculo afetivo com a terra e com o território, o sentimento de pertencimento comunitário e a relação com a ancestralidade compõem um substrato identitário que sustenta a permanência mesmo em contextos de precariedade material. Esses elementos ganham contornos específicos entre jovens quilombolas e indígenas, para quem a herança cultural e a ligação ancestral com o território assumem centralidade na construção dos projetos de vida. Em sentido contrário, opera o estigma do atraso historicamente associado à agricultura, reforçado por modelos educacionais urbanos e por representações sociais que vinculam o campo à pobreza e à ausência de futuro. A construção de uma identidade rural afirmativa, capaz de ressignificar o pertencimento ao território é, portanto, uma dimensão transversal que perpassa todos os determinantes discutidos ao longo deste documento.

Os determinantes da permanência das juventudes no campo precisam ser compreendidos também à luz da heterogeneidade dos territórios rurais. O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por uma diversidade significativa de biomas, matrizes produtivas, estruturas fundiárias e trajetórias históricas de ocupação e desenvolvimento. Essa diversidade implica que os fatores que influenciam a decisão das juventudes são atravessados por cada contexto territorial, variando entre as macrorregiões do país, entre os estados de uma mesma região, de município a município, ou mesmo em territórios diferentes em um mesmo município. A caracterização, a dinâmica e os arranjos dos territórios também importam, uma vez que são contextos diferentes, por exemplo, os assentamentos de reforma agrária, os de comunidades tradicionais, de territórios marcados por monoculturas agroexportadoras ou aqueles em que predomina a agricultura familiar. Em razão disso, os determinantes não podem ser apreendidos a partir de generalizações, sendo dependentes de diagnósticos territorializados, capazes de captar como os fatores operam em cada contexto específico.

Ademais, a heterogeneidade também diz respeito às próprias juventudes, uma vez que não há uma única juventude rural, mas múltiplas, com seus próprios sonhos e aspirações de futuro. A categoria juventudes rurais não é homogênea e abrange jovens da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e demais grupos da sociedade, com idades, escolaridades, identidades de gênero e inserções produtivas diversas. Reconhecer essa heterogeneidade é condição para que as intervenções superem abordagens genéricas e respondam às necessidades e vulnerabilidades particulares de cada segmento.

Enfrentar esse cenário complexo exige a identificação de aspectos intrínsecos, como as motivações e os sonhos dos jovens que vivem no campo. Compreender os determinantes é, portanto, estratégico para o desenvolvimento de soluções efetivas, que sejam capazes de alcançar elementos estruturantes relacionados com a decisão de se manter ou sair do campo. Dessa forma, a permanência da juventude no campo não se trata apenas de uma questão produtiva, mas de um projeto de desenvolvimento territorial inclusivo de longo prazo. O êxito depende da criação de um ecossistema de oportunidades que valorize a identidade rural, garanta direitos e permita que as juventudes visualizem um futuro promissor, seja na sucessão familiar, na criação de

novos empreendimentos ou na atuação em cadeias produtivas modernizadas e sustentáveis.

Diante desse contexto, foi proposta a realização de uma pesquisa para explorar como os diversos fatores influenciam as decisões de permanência ou êxodo das juventudes no meio rural, no contexto dos territórios em que atua nos estados de Minas Gerais e Maranhão. A metodologia utilizada é a de Resposta Rápida, que no campo das políticas informadas por evidências busca providenciar resultados em menores períodos de tempo para apoiar os processos de tomada de decisão. A metodologia detalhada está descrita no Anexo, ao final do documento. Foi realizada uma revisão de literatura e a inclusão de resultados de entrevistas realizadas pela equipe do Instituto Meio nos estados do Maranhão e Minas Gerais. As entrevistas foram conduzidas entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. No total foram entrevistadas 109 famílias e 77 jovens. No Maranhão participaram das entrevistas 54 famílias e 51 jovens. Em Minas Gerais participaram 55 famílias e 26 jovens.

O documento está organizado em duas seções principais. A primeira apresenta os determinantes para a saída das juventudes do campo, buscando elaborar um diagnóstico do problema, com destaque para limitações econômicas, dificuldades de acesso à terra, precariedade de infraestrutura e serviços, lacunas educacionais e dimensões simbólicas associadas ao estigma da vida no campo. A segunda seção trata dos determinantes da permanência, organizados em cinco eixos: dinâmicas familiares e sucessão; condições econômicas, produtivas e de autonomia juvenil; educação, formação e qualificação; território, infraestrutura e serviços; e engajamento comunitário.

Determinantes da saída das juventudes do campo

Os fatores que influenciam a saída das juventudes do meio rural são diversos e evidenciam que essa decisão não se limita a uma escolha individual isolada, mas resulta de um conjunto de condicionantes estruturais e contextuais. De modo geral, as evidências apontam que a saída do campo tende a refletir, em grande medida, a percepção de uma ausência de oportunidades e de baixa viabilidade econômica da vida rural, o que reforça a migração como estratégia possível entre as juventudes. As evidências empíricas coletadas nas entrevistas realizadas pelo Instituto Meio nos estados de Minas Gerais e Maranhão indicaram que os principais fatores associados à decisão de sair do campo estão fortemente relacionados especialmente a: (i) falta de renda; (ii) falta de oportunidades de emprego; (iii) insuficiência de oportunidades de estudo; e (iv) aos baixos salários. Abaixo são apresentadas sete subseções, em fatores específicos que influenciam a saída dos jovens a partir dos documentos revisados, complementados com resultados das entrevistas quando disponíveis.

1. Dinâmicas familiares, culturais e transmissão intergeracional

A literatura sugere que, em diversas comunidades rurais, a saída dos jovens não resulta exclusivamente de uma decisão individual deliberada, mas se trata de um rito de passagem esperado. A saída, nesses contextos, integra um processo culturalmente incorporado, no qual a migração tende a ser naturalizada como etapa

esperada na transição da juventude para a vida adulta. Muitas vezes, os próprios pais incentivam os filhos a sair por não enxergarem perspectiva de futuro na atividade agrícola (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022). No território Campos e Lagos do Maranhão, por exemplo, um estudo identificou que cerca de 80% dos jovens entre 18 e 29 anos migravam para estados do Sul e Sudeste em ciclos sazonais de trabalho agrícola, estabelecendo uma dinâmica pendular que se repete anualmente até a constituição de família própria, por volta dos trinta anos (Santos; Trindade Júnior, 2025). A saída, nesses contextos, tende a ser considerada algo natural pelas próprias famílias, o que indica não apenas uma resignação diante do êxodo, mas também sua incorporação deste aos repertórios culturais locais e aos planejamentos de vida. Essa lógica não parece restrita a um único contexto, uma vez que em assentamentos de reforma agrária no mesmo estado, a migração também foi descrita por um dos estudos como um rito de passagem para a vida adulta, simultaneamente cultural e estruturalmente determinado (Barros, 2022). Dessa forma, os achados da literatura sugerem que, em comunidades marcadas por essa dinâmica, as juventudes rurais já têm a expectativa de que partirão, o que pode operar como um importante fator que influencia a saída do campo e que antecede qualquer outro eventual determinante.

Além da migração como destino culturalmente incorporado, a decisão de permanecer pode esbarrar também em outra barreira recorrentemente mencionada na literatura: a resistência dos pais em transferir o controle e a gestão da propriedade aos jovens. A resistência dos gestores em ceder espaço de poder é identificada como barreira ao processo sucessório em diferentes contextos regionais (De Souza Zambiasi; Alberti, 2025; Stobienia, 2023; Magalhães; Nunes; Sznitowski, 2025). Em um dos estudos revisados, 32% dos jovens relataram pouca abertura dos pais para participação nas decisões no cotidiano da propriedade rural (Nottar; Favretto, 2021). Em diversas famílias rurais, o processo sucessório tende a ocorrer de forma tardia, pouco planejada e, muitas vezes, sem diálogo explícito sobre quem assumirá o futuro do estabelecimento. Essa dinâmica tende a gerar conflitos que podem inviabilizar a continuidade da propriedade rural, uma vez que herdeiros acabam decidindo por arrendar ou vender a propriedade (Rodigheri; Grzybovski; Da Silva, 2023). Nos contextos em que a migração é uma “certeza”, essa resistência é explicada em partes, uma vez que o planejamento sucessório é deixado em segundo plano, reforçando essa dinâmica (Oliveira; Mendes; Vasconcelos, 2021). Essa barreira não é apenas gerencial, mas também simbólica, uma vez que sem a participação nas decisões, as juventudes tendem a não desenvolver vínculos com a propriedade ou a acumular a legitimidade e experiências necessárias para a sucessão.

Essa resistência das famílias em compartilhar as decisões em relação à propriedade com as juventudes tende a se intensificar quando as filhas e filhos possuem nível de escolaridade superior ao dos pais, o que introduz uma tensão específica entre modos distintos de conceber a gestão da propriedade. Filhas e filhos com formação universitária tendem a retornar ao meio rural com novos repertórios técnicos, maior exposição a outras formas de gestão e expectativas distintas sobre produtividade, inovação e qualidade de vida. Esse movimento pode enriquecer a condução do estabelecimento e abrir espaço para mudanças, mas também pode gerar tensões intergeracionais quando novas ideias encontram estruturas familiares mais tradicionais ou pouco abertas à redistribuição de responsabilidades, mudanças e inovações (Oliveira; Mendes; Vasconcelos, 2021). As tensões entre tradição e inovação tendem a comprometer a permanência na medida em que propostas de mudança

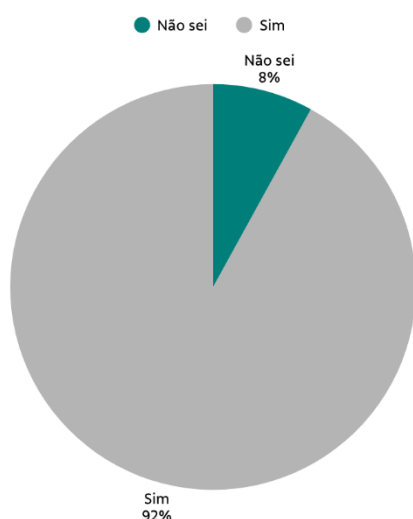
trazidas pelos filhos encontram resistência (Magalhães; Nunes; Sznitowski, 2025). Além disso, em determinadas famílias rurais, a terra deixa de ser percebida principalmente como um legado produtivo a ser transmitido entre gerações e passa a funcionar como base material para a mobilidade social das filhas e filhos. Nesse contexto, os recursos gerados pela propriedade ajudam a financiar estudo, trabalho ou instalação em centros urbanos, mas não necessariamente o retorno ou a continuidade da atividade rural. Além disso, quanto mais as juventudes estudam num modelo educacional urbano e desconectado do meio rural, mais ampliam as possibilidades profissionais fora do campo e mais tendem a associar a agricultura à pobreza. Assim, a escolarização, que em princípio qualificaria a permanência, pode operar na prática como um fator de saída (Silva, 2022).

Todos esses fatores anteriormente mencionados tendem a incidir de forma mais intensa sobre as jovens mulheres rurais. A cultura patriarcal opera desde a infância, reduzindo o incentivo, a participação e o interesse das jovens pela sucessão (Breitenbach, 2024). O trabalho feminino no campo é frequentemente invisibilizado, sendo considerado como "ajuda". A sobrecarga da dupla jornada, que envolve trabalhos domésticos e na produção, pode contribuir para que as jovens vejam na cidade uma alternativa de autonomia que o campo não oferece (Breitenbach, 2024; De Carvalho, 2021). Dados de um dos estudos revisados indicam que as meninas são mais incentivadas a sair do campo em comparação com os meninos – 52,94% contra 30% –, e que a permanência feminina tende a ser estimulada apenas quando não há irmãos homens que possam assumir a gestão da propriedade (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022). Em alguns contextos, os pais chegam a incentivar explicitamente as filhas a não se envolverem no trabalho agrícola (Monteiro; Mujica, 2021), direcionando suas expectativas para estudo, trabalho e construção de vida em contextos urbanos. Esse movimento pode produzir um padrão de migração seletiva, no qual mulheres jovens deixam o meio rural em proporção maior ou mais precocemente do que homens jovens. Ao longo do tempo, essa dinâmica tende a contribuir para processos de masculinização e envelhecimento do campo (Silva, 2022; Ziegler, 2025). Em contrapartida, os achados indicam que, quando as jovens participam efetivamente das atividades operacionais e de gestão, desenvolvem habilidades e interesse pela sucessão (Breitenbach, 2024).

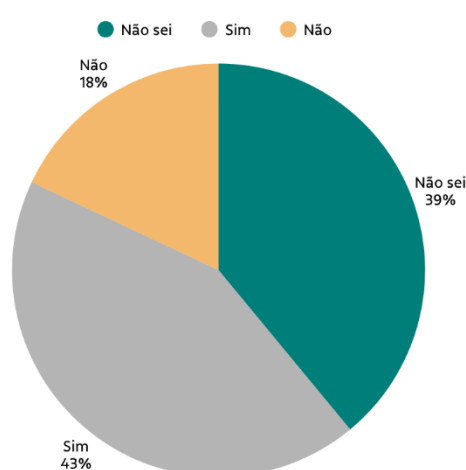
De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **67% das jovens do sexo feminino** entrevistadas afirmaram que **pretendem continuar morando no campo**, 24% não sabem e 9% não pretendem. Os gráficos abaixo apresentam as porcentagens por estado.

Minas Gerais – Mulheres

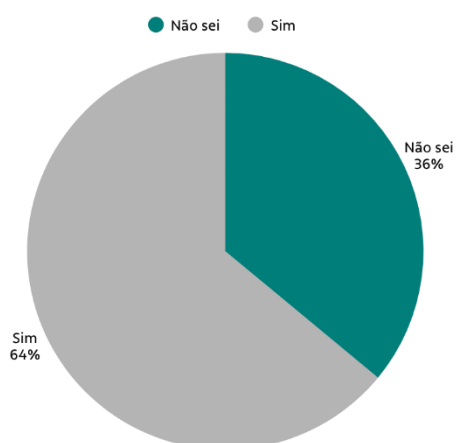


Maranhão – Mulheres

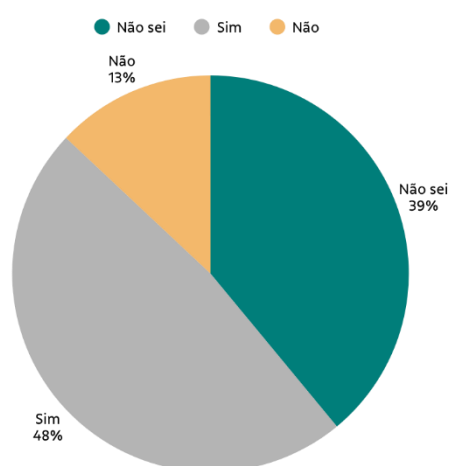


- Na média dos dois estados, 56% dos **jovens do sexo masculino** entrevistados afirmaram que pretendem continuar morando no campo, 37% não sabem e 7% não pretendem. Os gráficos abaixo apresentam as porcentagens por estado.

Minas Gerais – Homens



Maranhão – Homens



2. Condições econômicas e fundiárias

Em contextos marcados pela distribuição desigual da terra, a possibilidade de permanência no campo tende a ser limitada para as juventudes. A concentração fundiária aparece em diferentes ruralidades brasileiras, com históricos sociais e culturais diversos. Em territórios marcados por economias agroexportadoras e por forte concentração histórica da propriedade, como a Mata Sul pernambucana, a estrutura fundiária herdada da monocultura da cana-de-açúcar continua influenciando as possibilidades de reprodução da agricultura familiar, inclusive nos assentamentos de reforma agrária. Nesses contextos, as áreas disponíveis para produção podem ser insuficientes para acomodar a entrada de novas gerações, limitando as possibilidades de que juventudes construam autonomia produtiva ou sejam incorporadas de forma efetiva aos processos sucessórios. Os efeitos da concentração fundiária vão além do acesso imediato à terra. Em propriedades com baixa disponibilidade de área ou com patrimônio já fragmentado entre diferentes membros da família, pode haver menor capacidade de diversificação produtiva, expansão da renda e incorporação de novas unidades produtivas (Silva, M. L., 2025).

Ademais, a ausência de terra própria representa um fator importante para a saída das juventudes do campo, uma vez que isso representa uma limitação de autonomia produtiva, financeira e decisória. Na escala latino-americana, a falta de acesso à terra é identificada como fator estrutural de expulsão que atravessa contextos nacionais distintos (Ziegler, 2025; Castro; Dulci, 2021). Sem acesso a áreas próprias para produzir, muitos jovens permanecem dependentes da estrutura produtiva da família, disputando espaços de trabalho com pais e mães, mas sem controle direto sobre a produção ou sobre os resultados econômicos gerados (Silva; Monteiro; Araújo, 2025). Essa dependência pode afetar o acesso a políticas públicas como o crédito em programas públicos de financiamento: a titularidade da terra permanece com os pais, o que dificulta a obtenção da documentação mínima exigida por programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e tende a perpetuar o ciclo de dependência intergeracional (Silva; Monteiro; Araújo, 2025). No Vale do Jequitinhonha, a ausência combinada de terra, renda e crédito parece manter as juventudes em posição subordinada e fazer com que a migração seja uma rota de construção de autonomia (Freitas, 2024).

O quadro tende a se agravar devido ao tamanho reduzido das propriedades familiares. Esse fator é especialmente relevante em famílias numerosas, onde o pequeno tamanho das terras pode impedir que todas as filhas e filhos se instalem na propriedade (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022), e em assentamentos de reforma agrária, onde nem todas as famílias dispõem de lote suficiente para produção (Barros, 2022; Florêncio, 2023). Um dos estudos revisados identificou que 20% dos jovens de uma comunidade maranhense apontam a falta de terra como barreira central para a permanência no campo (Florêncio, 2023). Dessa forma, a dependência da terra dos pais pode ocupar um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que sustenta a família e pode financiar trajetórias temporárias das juventudes fora do campo, sua concentração nas mãos da

geração anterior também pode limitar a autonomia das juventudes e reforçar a migração como caminho para construir um projeto de vida próprio.

Às restrições fundiárias, soma-se a dificuldade de acesso ao crédito, que tende a funcionar como um segundo bloqueio à autonomia produtiva dos jovens. Ainda que existam políticas específicas, como uma linha de crédito especialmente direcionada aos jovens no PRONAF, por exemplo, a burocracia documental para o acesso é um obstáculo significativo. Os estudos sugerem que a dificuldade não é apenas operacional, mas estrutural, na medida em que o desenho das políticas de crédito rural não contempla adequadamente a condição juvenil (Marin, 2020; Freitas, 2024). No Vale do Jequitinhonha, a taxa de 60% de Projetos Profissionais do Jovem (PPJ) não executados é atribuída, em parte, à impossibilidade de acessar crédito para implementá-los, o que gera desânimo e descrédito na formação como instrumento de transformação (Freitas, 2024). A ausência de linhas de crédito específicas e acessíveis para juventudes rurais é identificada em diferentes estudos como lacuna que compromete não apenas projetos individuais, mas a viabilidade da própria sucessão familiar. Além disso, dificuldades como a baixa divulgação da linha de crédito para jovens, a necessidade de assistência técnica para elaboração de projetos, a exigência de garantias incompatíveis com a realidade juvenil e, em alguns territórios, resistência de instituições financeiras ou mediadoras em reconhecer juventudes como sujeitos produtivos com capacidade de investimento, contribuem para a dificuldade de acesso (Castro; Dulci, 2021; Marin, 2020).

Mesmo quando o jovem dispõe de terra e consegue acessar crédito, a instabilidade de preços e a imprevisibilidade da renda agrícola tendem a fragilizar a percepção de viabilidade econômica da permanência. O emprego urbano com carteira assinada passa a ser percebido como alternativa mais segura e estável, especialmente em contextos de propriedades pequenas onde a margem de manobra produtiva é limitada (Silva, 2022). A baixa renda mensal aparece como o fator de migração mais citado em um dos levantamentos revisados, apontado por 54% dos respondentes, seguido pela preferência por trabalho formal (38%) e pela falta de políticas públicas (38%) (Borsoi, 2023). A viabilidade econômica da unidade familiar é tratada na literatura como condição necessária para que a sucessão ocorra: mais da metade dos gestores rurais entrevistados em outro estudo indicaram o resultado econômico do negócio como o maior desafio para a continuidade (Mocelin et al., 2024). As mudanças climáticas tendem a aprofundar esse quadro, ao ampliar a incerteza produtiva e alimentar sentimentos de medo, tristeza e preocupação entre os jovens, que, quando não elaborados coletivamente, podem conduzir à desmobilização e à ruptura com o projeto de vida rural (Duarte, 2025).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média entre os estados, **42% das famílias consideram que o acesso à terra (titulação e propriedade) é um problema para a sucessão**, sendo 35% em Minas Gerais e 48% no Maranhão.
- Além disso, **37% das famílias, na média entre os estados, consideram que a divisão da terra e a herança são um problema para a sucessão**, sendo 33% em

Minas Gerais e 41% no Maranhão.

- Na média dos dois estados, **77% dos jovens entrevistados afirmam precisar de ajuda para acesso a crédito e máquinas**, sendo 85% em Minas Gerais e 69% no Maranhão.
- **Segundo as famílias entrevistadas, 80% na média dos dois estados, consideram que há dificuldade para investir na propriedade**, sendo 69% em Minas Gerais e **91% no Maranhão**.
- Na média dos dois estados, **66% das famílias consideram que a renda das atividades rurais é baixa atualmente**, sendo 51% em Minas Gerais e **80% no Maranhão**.
- **A falta de renda foi mencionada por 67% dos jovens** na média dos dois estados, sendo **81% em Minas Gerais** e 53% no Maranhão.
- **Baixos salários foram mencionados por 45% dos jovens**, sendo 46% em Minas Gerais e 43% no Maranhão.

3. Trabalho e ocupação

A qualidade e a forma do trabalho rural em si aparecem na literatura como determinantes relevantes da decisão de permanência ou saída. A precariedade e a informalidade do trabalho no campo são apontadas como fatores estruturais: na escala latino-americana, estima-se que cerca de 75% dos jovens rurais trabalham na informalidade, sem acesso a proteção social, estabilidade contratual ou direitos trabalhistas básicos (Ziegler, 2025). No Brasil, os estudos revisados indicam que parcela significativa dos jovens que permanecem no campo não desenvolve atividades diretamente ligadas à produção agropecuária. Em um assentamento maranhense, apenas 40% dos jovens residentes exerciam atividades agrícolas, enquanto os demais se dividiam entre afazeres domésticos, comércio local e contratos com a prefeitura (Barros, 2022). Dados de outro estudo indicam que 45% dos jovens não recebem remuneração mensal regular pelo trabalho realizado na propriedade da família (Monteiro; Mujica, 2021), o que reforça a percepção de que o trabalho rural não garante autonomia financeira.

Ademais, o desgaste físico gerado pelo trabalho nas atividades agrícolas, especialmente onde a mecanização é limitada, contribui como fator que desestimula a permanência no campo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde a tradição de monocultura é mais recente, propriedades de 12 a 20 hectares não têm a escala necessária para a adoção de culturas mecanizadas e rentáveis. Diante dessas restrições, muitas famílias permanecem inseridas em atividades intensivas em mão de obra, como a fumicultura, cuja reprodução depende de jornadas prolongadas, elevada participação familiar e forte desgaste físico ao longo do ciclo produtivo. O caráter braçal e extenuante do trabalho nessa cultura é identificado pelos herdeiros como o principal desestímulo à permanência (Silva, 2022). A falta de acesso a tecnologias produtivas e a mecanização tende a reforçar a percepção do campo como lugar de atraso e sofrimento, em contraste

com o emprego urbano, percebido como mais leve, estável e socialmente valorizado. Essa percepção é encontrada inclusive em certos ditos populares, como “a caneta é mais leve que a enxada” (Fonseca et al., 2025; De Carvalho, 2021).

A ausência de oportunidades de trabalho não agrícola no território também pode operar como fator complementar de saída. Quando o campo não oferece alternativas ocupacionais além da agricultura, os jovens que não se identificam com a atividade produtiva da família – ou que não encontram espaço nela – tendem a buscar na cidade oportunidades que o território rural não proporciona. Em um dos estudos revisados, 80% dos jovens apontaram a falta de emprego e de oportunidades de estudo após o ensino médio como os principais motivos para deixar o campo (Barros, 2022). O dado é revelador de uma dinâmica em que a escassez de alternativas ocupacionais no território se articula com as limitações educacionais para produzir um cenário de expulsão cumulativa.

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- **A falta de oportunidades de emprego foi indicada por 56% dos jovens** (50% em Minas Gerais e 63% no Maranhão).

4. Educação e formação

A dimensão educacional, especialmente manifestada no fechamento de escolas rurais nos últimos anos, atravessa praticamente todos os determinantes e ocupa posição central na literatura revisada. O fechamento das escolas, e a consequente obrigatoriedade de deslocamento para centros urbanos, afasta as juventudes do campo de forma física e simbólica, já que fortalece a percepção do campo como um lugar de abandono e atraso. As juventudes que passam a estudar nas cidades, têm acesso a uma educação descontextualizada, sem relação com seu cotidiano ou de seus pais. Além disso, a adoção do regime de tempo integral aprofunda esse distanciamento ao reduzir o tempo de convívio dos jovens com o território rural e com as redes locais (Silva; Monteiro; Araújo, 2025). No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, o fechamento progressivo de escolas rurais entre 1998 e 2020 é documentado como um processo estrutural que restringiu as possibilidades de formação no campo (Freitas, 2024). Essa tendência brasileira também ressoa em uma escala latino-americana, onde a baixa cobertura educacional e a escassez de escolas secundárias e técnicas nas zonas rurais de Argentina, Colômbia e Paraguai são identificadas como obstáculos que limitam tanto a permanência quanto a qualificação das juventudes (Ziegler, 2025).

O conteúdo e o modelo pedagógico também operam como vetores de saída. Em muitos contextos rurais, a escolarização amplia horizontes, repertórios e expectativas de vida, mas nem sempre fortalece o vínculo com o território. Quando o currículo, as referências de sucesso profissional e os próprios modelos pedagógicos estão predominantemente orientados para realidades urbanas, pode-se produzir um distanciamento entre a experiência escolar e a vida cotidiana das famílias rurais (Silva,

2022; Martins, 2023). E, embora um dos principais instrumentos de mobilidade social para as juventudes rurais, o acesso à educação permanece desigual: entre jovens rurais em situação de pobreza na América Latina, apenas 56% cursam o ensino secundário e apenas 9% chegam ao ensino superior (Castro; Dulci, 2021). Ao mesmo tempo, para aquelas juventudes que conseguem avançar na escolarização básica, a própria continuidade dos estudos frequentemente exige deslocamento para centros urbanos, já que muitos territórios rurais não oferecem ensino médio completo, formação técnica contextualizada ou acesso próximo ao ensino superior. Os jovens que concluem o ensino médio no campo frequentemente não encontram possibilidades de continuidade dos estudos no território, o que transforma a busca por educação superior em mais um fator de migração. Uma vez estabelecidas redes acadêmicas, profissionais e sociais fora do campo, o retorno tende a se tornar menos provável (Barros, 2022; Florêncio, 2023; Freitas, 2024).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **apenas 48% dos jovens entrevistados consideram que têm boas condições de estudar onde moram** (62% em Minas Gerais e 33% no Maranhão).
- **A insuficiência de oportunidades de estudo foi apontada por 49% dos jovens** (46% em Minas Gerais e 53% no Maranhão)

5. Território, infraestrutura e serviços

A precariedade de infraestrutura básica e a escassez de serviços primários como saúde compõem fatores que influenciam na migração do campo. Na escala regional, a escassez de serviços básicos como saúde, conectividade e infraestrutura é identificada como fator estrutural de expulsão que atravessa diferentes contextos nacionais da América Latina (Ziegler, 2025). A infraestrutura básica precária, considerando estradas, saneamento, água potável e coleta de lixo, aparece na literatura como fator transversal que afeta simultaneamente a comercialização da produção, o acesso à escola, o atendimento de saúde e a qualidade de vida cotidiana. Na Mata Sul pernambucana, por exemplo, estradas intransitáveis no período de inverno comprometem todas essas dimensões ao mesmo tempo (Silva, M. L., 2025). No Maranhão, comunidades rurais carecem de posto de saúde e qualquer opção de lazer, fazendo com que jovens e suas famílias precisem se deslocar à cidade (Florêncio, 2023). A ausência ou a distância dos serviços públicos básicos é apontada como desvantagem por 40% dos jovens em estudo realizado no contexto da vitivinicultura familiar no Sul do país (Monteiro; Mujica, 2021).

A ausência de opções de lazer e cultura no meio rural, por sua vez, tende a ser subestimada em análises sobre a migração do campo para o meio urbano. A falta de espaços de sociabilidade, entretenimento e expressão cultural são elementos que deterioram a qualidade de vida e enfraquece o vínculo das juventudes com o território

(Tonezer; Corona; Ceratti, 2022; Barros, 2022; Florêncio, 2023). Em um dos estudos revisados, 25% dos jovens indicaram a rotina monótona e a falta do que fazer como o que menos apreciam na vida rural (Barros, 2022). A carência de lazer não opera isoladamente, mas se articula com os demais determinantes para compor um quadro em que o campo é percebido como espaço de limitação, enquanto a cidade se apresenta como espaço de superação da precariedade (Stampini, 2021). Nesse contexto, a conectividade digital, cada vez mais central no cotidiano dos jovens, ocupa uma posição duplamente negativa em relação a como a juventude percebe o meio rural. De um lado, a falta de acesso à internet aprofunda o isolamento e a sensação de atraso. Em um dos estudos revisados, apenas 5 dos 24 jovens entrevistados dispunham de internet em casa (Duarte, 2025), e na América Latina estima-se uma brecha digital que alcança 72 milhões de pessoas sem conectividade rural (Ziegler, 2025). De outro lado, o acesso às tecnologias da informação e comunicação tende a intensificar a atração pelo urbano: ao conectar os jovens rurais a padrões de consumo, identidades e estilos de vida urbanos, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ampliam a consciência das diferenças de oportunidade entre os dois espaços, sem necessariamente reduzir as desigualdades estruturais (Stampini, 2021). Nesse contexto, jovens rurais adquirem celulares mesmo em locais sem sinal de internet, motivados pelo desejo de inclusão social que o aparelho simboliza (Stampini, 2021).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **apenas 53% dos jovens entrevistados consideram que a internet é suficiente para estudar e trabalhar** (54% em Minas Gerais e 51% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **apenas 53% dos jovens entrevistados consideram que o transporte até a escola ou cidade é adequado** (62% em Minas Gerais e 43% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **63% dos jovens entrevistados consideram que há poucas opções de lazer na comunidade** (58% em Minas Gerais e 67% no Maranhão).

6. Lacuna de políticas, participação social e evidências

A decisão das juventudes sobre sua permanência no campo também é profundamente influenciada pelo ambiente institucional em que seus projetos de vida se desenvolvem; e de um modo geral o contexto é de uma ausência histórica de políticas públicas. Na escala latino-americana, a ausência de políticas específicas para juventudes rurais é identificada como fator que perpetua a invisibilidade e o abandono do campo (Castro; Dulci, 2021). No Brasil, essa lacuna é estrutural, uma vez que, historicamente, as políticas têm priorizado a produção agrícola ou a sucessão patrimonial, mas nem sempre consideram de forma integrada dimensões como projeto de vida, pluriatividade, mobilidade, participação política, gênero, formação profissional e pertencimento territorial das juventudes (Pavan et al., 2025). Dessa forma, muitas vezes

as intervenções são desconexas e consideram a juventude rural como um todo homogêneo. Nesse contexto, o ambiente institucional nem sempre oferece as condições materiais, formativas, culturais e produtivas necessárias para que essa permanência se construa como um projeto de vida viável (Pavan et al., 2025). A falta de políticas públicas que auxiliem a vida no campo foi apontada por 38% dos jovens em um dos levantamentos revisados como fator determinante da migração, ao lado da baixa renda e da preferência por trabalho formal (Borsoi, 2023). Mesmo quando existem instrumentos formais, podem persistir disjunções significativas entre o desenho ideal da política e sua efetividade prática, como discutido anteriormente no caso do PRONAF jovem, em que mesmo nas regiões com forte tradição de organização da agricultura familiar, juventudes rurais não conseguem acessar e precisam construir estratégias de autonomia fora dos instrumentos públicos formalmente disponíveis (Marin, 2020).

A invisibilidade também se manifesta também na ausência de conhecimento das juventudes rurais sobre as políticas existentes. Em muitos territórios, o problema não está apenas na lacuna de políticas, mas na baixa capilaridade das informações sobre aquelas existentes, o que compromete sua apropriação social e seu uso efetivo. A publicização insuficiente, a baixa transparência sobre critérios de acesso e a circulação restrita de informações nos territórios configuram barreiras de acesso relevantes. Em contextos marcados por fragilidade da assistência técnica, baixa presença de equipamentos públicos, limitada conectividade digital e pouca articulação entre escolas, cooperativas, sindicatos e serviços de extensão rural, muitas juventudes sequer chegam a conhecer as intervenções disponíveis para apoiar sua formação, inclusão produtiva ou sucessão rural. Esse contexto compromete diretamente a capacidade de construir um projeto de futuro no território (Silva, M. L., 2025).

Esse quadro de fragilidade institucional é alimentado e agravado pela invisibilidade estatística da juventude rural brasileira, que dificulta diagnósticos e a formulação de políticas eficazes. O cenário é de fragilidade dos sistemas de informação disponíveis para compreender quem são, onde estão, quais são suas vulnerabilidades e o que desejam as juventudes rurais. Em diferentes países da América Latina, a produção de dados sobre essa população ainda é fragmentada, descontínua e, muitas vezes, insuficiente para apoiar o desenho, a implementação e a avaliação de políticas públicas territorialmente aderentes. Embora censos demográficos, registros administrativos e pesquisas domiciliares produzam informações relevantes sobre população, escolaridade ou ocupação, esses instrumentos nem sempre conseguem captar dimensões centrais para a permanência no campo, como projetos de vida, expectativas profissionais, intenção de sucessão, acesso efetivo a políticas públicas, mobilidade territorial, autonomia produtiva, participação social ou desigualdades de gênero entre as juventudes rurais. Sem dados e diagnósticos confiáveis, atualizados e territorializados sobre as juventudes rurais, as intervenções tendem a ser genéricas e descontextualizadas (Pavan et al., 2025).

Ademais, o cenário é de baixa representatividade das juventudes rurais nos espaços onde decisões sobre o presente e o futuro são tomadas. As juventudes participam pouco de associações, cooperativas e fóruns de discussão sobre políticas, o que retroalimenta o ciclo de invisibilidade. A juventude rural convive, da perspectiva dos direitos sociais, com situações de não reconhecimento, preconceito, estigma e exclusão que limitam sua capacidade de agência política (Vasconcellos, 2022). Quando há

participação, a tendência é de ocupar posições periféricas, com participação frequentemente consultiva, pontual ou mediada por gerações mais velhas, e raramente com poder efetivo de influência sobre prioridades, investimentos ou estratégias de desenvolvimento. Com pouca ou nenhuma voz nos espaços deliberativos, as demandas específicas da juventude rural tendem a não ser incorporadas às agendas públicas e se reduzem a percepção de futuro, bem como o sentimento de pertencimento ao território (Castro; Dulci, 2021; Vasconcelos, 2022).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **41% dos jovens entrevistados consideram que são respeitados e têm voz na comunidade** (54% em Minas Gerais e apenas 27% no Maranhão).

7. Mudanças climáticas e vulnerabilidade ambiental

Embora ainda pouco exploradas na literatura sobre permanência rural juvenil, as mudanças climáticas emergem nos estudos mais recentes como um novo vetor de reconfiguração dos projetos de vida dos jovens no campo. Diferentemente dos demais determinantes para a saída das juventudes do campo anteriormente discutidos, as mudanças climáticas não operam como fator de expulsão imediata, mas como fonte de aumento da incerteza produtiva e de aumento progressivo da percepção de inviabilidade da atividade agrícola. Essas percepções reconfiguram dinâmicas sociais, culturais e econômicas sem que elas sejam percebidas, em si, como decorrentes das mudanças climáticas. A perda de colheitas, a escassez hídrica, a imprevisibilidade dos ciclos produtivos e eventos extremos como granizo ou secas rigorosas são experiências concretas que prejudicam as atividades agrícolas e alimentam quadros emocionais de medo, tristeza e preocupação entre os jovens rurais. Esses sentimentos, quando não elaborados coletivamente, podem conduzir a quadros do que recentemente se reconheceu como ansiedade climática, podendo levar à ruptura com projetos de vida rural, impactando diretamente processos sucessórios, a agricultura familiar e a segurança alimentar dos territórios (Duarte, 2025). Diante desse contexto, buscar oportunidades de vida e de emprego urbano passa a ser uma alternativa percebida como mais segura (Silva, 2022; Stobienia, 2023).

Com o agravamento das mudanças climáticas, este pode vir a se tornar o principal dos fatores de migração das juventudes, especialmente em regiões que já se vivenciam mais intensamente os efeitos climáticos adversos, como a seca e restrições de acesso a recursos hídricos. No Maranhão, por exemplo, o colapso ecossistêmico provocado pela criação extensiva de búfalos reduziu a produtividade da pesca e da agricultura a ponto de inviabilizar a permanência dos jovens, que migram em massa para outros estados, seja para outras oportunidades em contextos rurais, seja para grandes cidades (Santos; Trindade Júnior, 2025). A vulnerabilidade ambiental, nesses contextos,

não é um risco futuro, mas uma condição presente que se soma às precariedades de infraestrutura, renda e serviços para compor um cenário de expulsão cumulativa. Projeções para o Nordeste brasileiro indicam que secas mais intensas, redução da renda agrícola e maior instabilidade produtiva tendem a aumentar os incentivos para a saída do campo, especialmente em territórios dependentes da agricultura de pequena escala. No entanto, os efeitos não parecem ser lineares. Enquanto grupos com maior escolaridade e melhores condições econômicas tendem a utilizar a migração como estratégia adaptativa diante do estresse climático, populações em situação de maior vulnerabilidade podem enfrentar restrições financeiras que limitam sua própria capacidade de migrar. Portanto, as mudanças climáticas podem funcionar simultaneamente como fator de expulsão do campo, mas também de “aprisionamento” territorial, aprofundando desigualdades já existentes entre diferentes segmentos das famílias e juventudes rurais (Delazeri et al., 2022).

Determinantes para a permanência dos jovens no campo

Os fatores que determinam a sucessão rural são diversos e evidenciam a complexidade da decisão dos jovens de continuar ou sair do meio rural. A permanência no campo resulta da articulação entre fatores objetivos, como o acesso à infraestrutura, às oportunidades de trabalho e à geração de renda, e dimensões subjetivas. Entre estas, destacam-se o sentimento de pertencimento, a construção de vínculos afetivos com a terra e a valorização do modo de vida rural. As entrevistas realizadas pelo Instituto Meio com jovens nos estados de Minas Gerais e Maranhão destacam tanto a centralidade das condições objetivas quanto a importância do reconhecimento da atividade agrícola. Nesse sentido, os principais fatores apontados pelos jovens entrevistados como determinantes para permanecer no campo foram: (i) a presença de oportunidades de geração de renda; (ii) a possibilidade de acesso a tecnologias para gestão e produção; (iii) a valorização e o reconhecimento da atividade rural; e (iv) a possibilidade de apoio técnico na propriedade. Com o objetivo de organizar a discussão e apontar caminhos, esta seção estrutura-se a partir de cinco eixos.

1. Dinâmicas familiares, sucessão e transmissão intergeracional

A permanência dos jovens no meio rural e o interesse pela sucessão tendem a aumentar de forma significativa quando participam ativamente dos processos decisórios da propriedade e dispõem de autonomia na condução das atividades produtivas. Nesse sentido, o planejamento sucessório antecipado e gradual configura-se como uma ferramenta relevante para a criação de condições mais favoráveis à permanência dos jovens no campo, contribuindo não apenas para a garantia da sustentabilidade do negócio familiar, mas também para a prevenção de conflitos intergeracionais. A inserção progressiva dos jovens na gestão da unidade produtiva pode ocorrer por meio de estratégias como a abertura de conta própria, o registro como produtor e a gestão de atividades específicas da propriedade, permitindo-lhes acumular não apenas patrimônio físico, mas também a experiência e a legitimidade necessárias para a sucessão. Além disso, o apoio emocional e vocacional oferecido pelos pais desempenha um papel estratégico na construção do projeto de vida do jovem rural, funcionando como uma âncora identitária que valida a profissão agrícola (Nottar;

Favretto, 2021). Com esse intuito, o incentivo parental deve evoluir de uma expectativa abstrata para práticas concretas que promovam a autonomia e o reconhecimento do jovem como sujeito produtivo. Nessa perspectiva, as evidências sugerem como boas práticas os seguintes aspectos:

- **Ampliar a participação e a autonomia dos jovens no processo decisório:** A integração dos jovens, desde as etapas iniciais, nos processos de tomada de decisão relacionados à gestão da propriedade constitui um elemento relevante na dinâmica de sucessão. Isso ocorre na medida em que favorece o desenvolvimento de responsabilidades e o fortalecimento do senso de autonomia em relação à gestão (Boscardin et al., 2021; Fonseca et al., 2025; Magalhães; Nunes; Sznitowski, 2025; Monteiro; Mujica; Peña, 2021; Nottar; Favretto, 2021; Oliveira et al., 2021; Pavan et al., 2025; Silva, 2022; Silva et al., 2025; Vasconcelos, 2022). Práticas como a partilha de resultados financeiros com os filhos, a abertura de conta bancária em nome do jovem e o registro do bloco de produtor rural em seu nome configuram estratégias efetivas de inserção na gestão do negócio familiar (Nottar; Favretto, 2021; Oliveira et al., 2021).
- **Estabelecer práticas de transmissão do conhecimento:** O compartilhamento dos saberes e dos conhecimentos acumulados constitui uma etapa estratégica no processo de transição sucessória. A transmissão de saberes entre gerações desempenha papel fundamental tanto na continuidade do aprendizado familiar quanto na valorização do conhecimento acumulado ao longo do tempo. Nesse contexto, a institucionalização de práticas voltadas ao registro e ao compartilhamento de informações pode fortalecer a capacidade de gestão dos jovens e contribuir para a permanência sustentável no longo prazo. (Rodigheri et al., 2023; Zambiasi; Alberti, 2025). A despeito disso, a literatura especializada oferece poucos casos e exemplos sobre como isso é implementado na prática.
- **Estabelecer um planejamento de sucessão familiar:** Diversos estudos destacam a importância de implementação de um processo estruturado de sucessão familiar (Abdala et al., 2022; Mocelin et al., 2024; Rodigheri, 2023; Silva, 2022; Sznitowski et al., 2021; Tonezer et al., 2022). Esse planejamento tem como objetivo assegurar que os sucessores desenvolvam, de forma gradual, as capacidades de gestão necessárias para assumir posições de liderança. Evidências empíricas indicam que empreendimentos rurais que adotam planejamento sucessório apresentam melhores indicadores de gestão em comparação àqueles que não o realizam, com destaque para diferenças mais expressivas nas dimensões de liderança e planejamento. O estudo revelou também maior qualidade da gestão nos contextos em que a sucessão ocorre entre membros da própria família, em comparação àqueles em que a gestão é assumida por agentes externos (Sznitowski et al., 2021).
- **Inclusão e protagonismo de jovens mulheres:** Para combater o êxodo feminino seletivo e a masculinização do campo, é essencial garantir às filhas mulheres os mesmos incentivos, oportunidades de participação gerencial e repasse de terras no processo de herança. Em contextos nos quais se observam condições equitativas de inserção nas atividades operacionais, as jovens tendem a desenvolver maior capacidade e interesse pela sucessão rural (Breitenbach, 2024).
- **Qualidade do convívio familiar:** O processo de sucessão pode ser desafiador por combinar relações familiares e profissionais. Nesse contexto, a literatura destaca

a importância do estabelecimento de limites claros e da definição de papéis no âmbito da gestão da propriedade. As evidências encontradas indicam também que o apoio familiar constitui um dos principais fatores que influenciam positivamente na sucessão (Fonseca et al., 2025). Assim, a qualidade do convívio e a preservação de vínculos afetivos configuram-se como elementos estruturantes para a decisão de permanência no meio rural (Fonseca et al., 2025; Oliveira et al., 2021; Tonezer et al., 2022).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **80% dos jovens entrevistados consideram que suas famílias apoiam sua permanência no campo** (92% em Minas Gerais e 67% no Maranhão).
- **Aproximadamente 70% das famílias**, em ambos os estados, afirmaram que **gostariam que seus filhos permanecessem** na agricultura e nas atividades da propriedade.

2. Condições econômicas, produtivas e de autonomia juvenil

As condições econômicas associadas à vida no campo configuram-se como um dos principais determinantes da permanência dos jovens, na medida em que influenciam diretamente na atratividade da atividade rural para as novas gerações.

Para que o processo sucessório se torne atrativo para os jovens, é fundamental que haja a percepção de que a renda gerada pelo empreendimento agrícola é suficiente para assegurar o sustento familiar (Borsoi, 2023; Silva, 2022). Nesse contexto, diferentes estratégias podem ser implementadas no sentido de favorecer a permanência dos jovens, entre as quais se destacam:

- **Acesso a mercados e tecnologias:** O aprimoramento dos processos produtivos, por meio de assistência técnica, da diversificação produtiva e do acesso a novos mercados, podem contribuir para a sustentabilidade econômica do empreendimento e facilitar o processo de sucessão (Oliveira et al., 2021; Silva; Araújo; Monteiro, 2025; Silva et al., 2025). Evidências indicam também que iniciativas de caráter coletivo, como associações, cooperativas, feiras, grupos de jovens e redes de comercialização, desempenham papel relevante na ampliação do acesso a mercados e no aumento da produtividade, fortalecendo a atratividade da permanência no meio rural (Ferrari, 2021; Silva; Araújo; Monteiro, 2025; Ziegler, 2025).
- **Acesso ao crédito:** O acesso a linhas de financiamento é amplamente apontado na literatura como uma estratégia relevante para a melhoria das condições socioeconômicas dos pequenos produtores (Borsoi, 2023; Marin, 2020; Pavan et al., 2025). Um estudo de caso analisado evidenciou que o acesso ao crédito não apenas viabiliza investimentos em equipamentos e maquinário, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, como também é percebido de forma positiva pelos jovens (Oliveira et al., 2021). Entre as iniciativas existentes, um exemplo mencionado por diversos estudos é o do Pronaf Jovem,

uma linha de crédito pública destinada a jovens entre 16 e 29 anos que oferece financiamento para investimentos em equipamentos, maquinário agrícola e infraestrutura da propriedade. Apesar de sua relevância, ainda são incipientes as evidências sobre os efeitos diretos desse instrumento no processo de sucessão rural, embora existam discussões relevantes sobre seus desafios de acesso e implementação (Marin, 2020; Florêncio, 2023; Silva et al., 2025).

- **Diversificação das atividades produtivas:** A diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas são opções que podem contribuir para a melhora da sustentabilidade econômica do empreendimento familiar e torná-lo mais atrativo aos jovens. Essa diversificação pode ocorrer no âmbito da própria propriedade, por meio da experimentação e rotatividade com novas culturas agrícolas, pecuária e silvicultura (Sambuichi et al., 2014; Stobienia et al., 2023). Diversos estudos mencionam a agroecologia como um caminho promissor para a diversificação, que pode envolver construção de redes de comercialização e o uso de novas tecnologias, embora ainda existam poucas evidências sobre o seu papel direto no processo de sucessão (Ferrari, 2021; Silva et al., 2025 Sousa, 2025). Em outros casos, é mencionada a necessidade de diversificação em atividades não rurais, como comércio, construção civil e turismo, para complementar a renda (Silva et al., 2025).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- **A possibilidade de acesso a tecnologias para gestão e produção** foi apontada por **52% dos jovens** entrevistados como importante para a permanência (58% em Minas Gerais e 45% no Maranhão)
- **A possibilidade de apoio técnico na propriedade** foi mencionada como relevante por **42% dos jovens** (46% em Minas Gerais e 37% no Maranhão).
- **A presença de oportunidades de geração de renda** é um fator relevante para a permanência, mencionada por 71% dos jovens na média dos dois estados (77% em Minas Gerais e 65% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **69% dos jovens entrevistados consideram que há chances de obter boa renda** no campo (**81% em Minas Gerais** e 57% no Maranhão).
- O **interesse em empreender atinge 48% dos jovens**, na média dos dois estados (46% em Minas Gerais e 49% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **77% dos jovens entrevistados afirmam que gostariam de ter seu próprio negócio rural** (92% em Minas Gerais e 84% no Maranhão).

As principais áreas profissionais de interesse apontadas pelas juventudes entrevistadas foram:

1) **Agricultura moderna** mencionada por 39% dos jovens (42% em Minas Gerais e 35% no Maranhão);

3) **Agroindústria (processamento)** foi apontada por 24% dos jovens (31% em Minas

Gerais e 16% no Maranhão);

4) **Turismo rural** foi apontado por 16% (19% em Minas Gerais e 12% no Maranhão);e

5) **Serviços na cidade** alcançam 19% (8% em Minas Gerais e 29% no Maranhão).

Boas práticas sistematizadas pela FAO

A FAO destaca que empregos associados à transição ecológica podem tornar o campo economicamente mais atrativo para novas gerações. O programa Youth for Green Jobs for Rural Youth Employment (GJ4RYE), implementado em Serra Leoa, Timor-Leste e Zimbábue, combinou formação em agricultura sustentável, empreendedorismo, liderança, mudanças climáticas e acesso a oportunidades de emprego e financiamento por até dois anos. Na região do Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger), programas de geração de empregos verdes foram utilizados inclusive como estratégia para reduzir migração forçada e mecanismos negativos de sobrevivência entre jovens (FAO, 2023).

3. Educação, formação e qualificação

A educação desempenha um papel central na permanência dos jovens no meio rural, ao contribuir tanto para o fortalecimento das capacidades produtivas quanto para a construção de projetos de vida vinculados ao campo. A decisão dos jovens pode ser motivada tanto pelo desejo de buscar novas oportunidades para além do meio rural, quanto pelo desejo de retornar e contribuir com a gestão. No segundo caso, o conhecimento adquirido pode contribuir com a inovação e com a profissionalização da gestão. O acesso à capacitação técnica possibilita o desenvolvimento de conhecimentos aplicados, ampliando a produtividade e as oportunidades de geração de renda. Diante desse quadro, podem ser considerados importantes para a permanência dos jovens:

- **Assistência, capacitação e extensão rural:** A capacitação técnica no setor agrícola pode ser um fator relevante no aumento da produtividade, ampliando a geração de renda e facilitando a superação de barreiras econômicas para a sucessão. Nesse contexto, o acesso a processos formativos e a serviços de assessoria técnica é apontado pela literatura como elemento estratégico no desenvolvimento de conhecimentos aplicados à gestão da propriedade. A capacitação técnica das juventudes rurais também resulta na ampliação das possibilidades de continuidade dos estudos, inclusive com retorno ao meio rural após a formação superior (Abdala; Binotto; Borges, 2022; Tonezer et al., 2022; Pavan et al., 2025). Dentre os formatos que apresentam resultados promissores, pode-se destacar os programas com modelos integrados, que combinam capacitação técnica com habilidades para a vida, como colaboração e identidade (Sousa, 2025). O oferecimento de programas de extensão rural por meio de parcerias com organizações do terceiro setor e universidades também tendem a ser valorizados pelo público jovem (Lehner; Nascimento, 2025).
- **Educação superior e técnica em cursos de ciências agrárias:** Jovens que optam por cursar o ensino superior ou técnico em cursos relacionados à agropecuária,

como engenharia agrônoma e veterinária, tendem a retornar para as suas propriedades após a finalização do curso (Signor, 2019; Magalhães; Silva; Sznitowski, 2025). Esse movimento pode contribuir com uma gestão profissionalizada da propriedade e o aperfeiçoamento do preparo para o jovem assumir posições de liderança no futuro (Santos; Junior, 2023; Lehner; Nascimento, 2025).

- **Pedagogia da alternância:** Um instrumento destacado por diversos estudos é o da pedagogia da alternância¹. Nela, os jovens aprendem alternadamente módulos de aprendizagem na sala de aula e na propriedade rural, com um foco na aplicação do conhecimento em sua comunidade, em uma perspectiva de plano de vida. Estudos aplicados em escolas familiares agrícolas (EFA) demonstraram que essa abordagem pode fortalecer o vínculo e identidade do jovem com o campo, influenciando a decisão de ficar (Freitas, 2024; Sousa, 2025).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **87% dos jovens entrevistados afirmam que ficariam no campo com cursos e apoio adequados** (92% em Minas Gerais e 82% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **88% dos jovens entrevistados afirmam que gostariam de aprender novas técnicas de agricultura** (96% em Minas Gerais e 80% no Maranhão).

Boas práticas sistematizadas pela FAO

Os estudos mostram que a capacitação isolada tende a produzir resultados limitados quando não acompanhada de acesso concreto a capital, mercados e assistência técnica. No Azerbaijão, o programa AMAL combinou formação técnica, apoio ao empreendedorismo, acesso a serviços, subsídios e empréstimos facilitados para jovens rurais, ampliando oportunidades de autoemprego e inserção em cadeias produtivas agrícolas. Na Tunísia, hubs de aceleração agrícola foram estruturados para conectar jovens a mentorias, inovação e mercado (FAO, 2023).

4. Território, infraestrutura e serviços

A infraestrutura física do território, entendida como o conjunto de elementos materiais construídos, instalados e organizados em um determinado espaço

¹ A Pedagogia da Alternância é um método educativo que alterna períodos de formação na escola com períodos de vivência na família e no meio sócio-profissional do aluno, promovendo uma integração sistemática entre teoria e prática, conhecimento escolar e saber camponês (Nosella, 2013).

geográfico, constitui um fator relevante na decisão dos jovens de permanecer no meio rural. As condições estruturais disponíveis influenciam diretamente as oportunidades de desenvolvimento social e profissional, bem como a qualidade de vida no território. Nesse sentido, o acesso a serviços essenciais, como energia, saneamento, saúde, telecomunicações e transporte, não apenas melhora as condições de vida, mas também contribui para a construção de percepções positivas sobre o meio rural, tornando-o mais atrativo para as juventudes e favorecendo sua permanência. Nesse contexto, destacam-se:

- **Acesso a tecnologias de informação e comunicação:** A infraestrutura digital é um fator que tem ganhado cada vez mais peso no cotidiano do meio rural. As tecnologias de informação podem ser orientadas para o lazer assim como para a gestão produtiva e a educação (Castro; Dulci, 2021). Uma pesquisa com jovens rurais revelou que todos os entrevistados utilizavam whatsapp e que 80% tinham redes sociais. A crescente digitalização do campo sugere que o acesso a uma fonte estável de internet é um elemento que os jovens valorizam em seu cotidiano (Monteiro; Mujica, 2021). A internet também desempenha um papel promissor ao criar pontes entre o rural e o urbano, permitindo o acesso a novas oportunidades, como o acesso à educação superior, por exemplo, sem exigir a migração física (Stampini, 2021).
- **Infraestrutura de mobilidade:** A existência de uma infraestrutura de transporte consolidada, capaz de facilitar o acesso a centros urbanos, constitui um fator relevante para a redução das desigualdades de oportunidades entre o meio rural e o urbano. Essa infraestrutura pode incluir a oferta de transporte público no meio rural, tanto intra quanto intermunicipal, bem como a presença de rodovias adequadamente pavimentadas e com manutenção regular. A ampliação do acesso aos centros urbanos tende a reduzir os custos de deslocamento em termos de tempo e recursos, possibilitando maior acesso a serviços de educação, saúde e lazer, e contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida e para a permanência no campo (Oliveira et al., 2021; Santos; Souza; Martins, 2021).
- **Opções de lazer:** O acesso a locais destinados a atividades de lazer e recreação é tipicamente valorizado pelo público jovem. Práticas culturais e de lazer contribuem para a construção de sentidos positivos associados ao campo, fortalecendo a identidade rural e a perspectiva de continuidade da trajetória agrícola (Ferrari, 2021; Pavan, 2025).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e Maranhão:

- Na média dos dois estados, **55% dos jovens entrevistados consideram que o posto de saúde atende bem a comunidade** (73% em Minas Gerais e 37% no Maranhão).
- Na média dos dois estados, **30% dos jovens entrevistados consideram que a internet na comunidade é satisfatória** (31% em Minas Gerais e 29% no Maranhão).

Boas práticas sistematizadas pela FAO

A incorporação de tecnologias digitais e novos modelos de aprendizagem aparece como estratégia recorrente para aumentar o interesse das juventudes pelo meio rural. Na Guatemala, a plataforma digital ChispaRural foi desenvolvida após consultas com mais de 150 jovens e passou a oferecer conteúdos sobre empreendedorismo, oportunidades de negócios, mentorias e divulgação de iniciativas lideradas por jovens. Na Mauritânia, a FAO apoiou incubadoras e aceleradoras voltadas a empreendimentos juvenis, além de criar um observatório agrícola universitário com uso de drones e ferramentas digitais para apoiar produtores locais (FAO, 2023).

5. Engajamento comunitário

A participação ativa dos jovens em espaços coletivos e processos decisórios contribui para a ampliação de sua autonomia e de seu reconhecimento social nos territórios. O engajamento comunitário gera senso de pertencimento e protagonismo, funcionando como contrapeso às pressões estruturais que incentivam a saída do meio rural. Nesse sentido, essa é uma dimensão decisiva para que os jovens reconheçam o campo como um espaço viável e desejável para a realização de seus projetos de vida, destacando-se:

- **Envolvimento com organizações coletivas:** A participação em redes de economia solidária e de agroecologia, bem como em cooperativas, associações e sindicatos (Silva; Monteiro; Araújo, 2025), além de ampliar as possibilidades de geração de renda, fortalece o engajamento dos jovens e contribui para a construção de perspectivas de futuro no campo (Ferrari, 2021; Freitas, 2024). A atuação nesses espaços também potencializa o protagonismo juvenil na incidência sobre o desenho de políticas públicas e na produção de evidências sobre suas próprias realidades (Oliveira et al., 2021).
- **Iniciativas protagonizadas pelos próprios jovens:** Organizações como redes de juventude rural e movimentos sociais, também configuram importantes mecanismos de ancoragem territorial, ao promoverem o fortalecimento de vínculos comunitários e a construção de perspectivas concretas de futuro no campo (Castro, Dulci, 2021). Exemplos nesse aspecto incluem também espaços de organização estudantil, como grêmios e associações de estudantes (Castro; Dulci, 2021).
- **Participação em espaços institucionais:** a participação dos jovens em públicos como fóruns municipais e territoriais, bem como nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, fortalece os vínculos sociais, promove a formação política e contribui para a construção de alternativas concretas de permanência no meio rural (Santos, Trindade Júnior, Cordeiro, 2023). universitários de residência agrária e agroecologia (Pavan, 2025).

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas nos estados de Minas Gerais e

Maranhão:

- Na média dos dois estados, **95% dos jovens entrevistados consideram que têm orgulho da agricultura familiar** (96% em Minas Gerais e 94% no Maranhão).
- **A valorização e o reconhecimento da atividade rural** foram indicados como fatores importantes para a permanência no campo por **50% dos jovens** (54% em Minas Gerais e 45% no Maranhão)

Boas práticas sistematizadas pela FAO

Experiências internacionais mostram que a participação ativa das juventudes na governança local fortalece pertencimento, organização coletiva e compromisso com o território. No Mali, por exemplo, os Dimitra Clubs reuniram mulheres, homens e juventudes em espaços comunitários de diálogo e ação coletiva, incluindo a criação de grupos autogeridos de poupança e crédito para financiar atividades produtivas locais. Em Serra Leoa, jovens em situação de vulnerabilidade foram apoiados não apenas com inserção produtiva, mas também com participação em processos de reconstrução comunitária e promoção da coesão social.

A FAO destaca que políticas eficazes dependem de instituições capazes de incorporar juventudes de forma transversal. O programa **Integrated Country Approach (ICA)**, implementado em **Guatemala, Quênia e Ruanda**, realizou diagnósticos territoriais prévios para identificar demandas específicas das juventudes e, a partir disso, apoiar governos na revisão de políticas agrícolas, de trabalho e desenvolvimento rural, promovendo empregos mais qualificados e maior articulação entre setor público, privado e organizações juvenis (FAO, 2023).

Considerações Finais

Os resultados dessa Resposta Rápida evidenciam que a sucessão rural na agricultura familiar não se reduz a uma decisão individual isolada, mas constitui um fenômeno multidimensional, no qual fatores objetivos e subjetivos se entrelaçam. A permanência das juventudes no campo emerge de uma articulação complexa entre condições materiais, como renda, acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades produtivas, e dimensões simbólicas, que incluem o sentimento de pertencimento, a qualidade das relações familiares e a valorização do modo de vida rural. Nesse contexto, as políticas públicas devem ser compreendidas como instrumentos transversais, capazes de atuar sobre os principais condicionantes da permanência juvenil no campo, e não como soluções isoladas. Devem também considerar as vozes das próprias juventudes, ampliando e institucionalizando os espaços de representação. Os achados deste estudo indicam a necessidade de superar abordagens setoriais fragmentadas e com limitada inclusão das juventudes rurais, apontando para a construção de estratégias integradas, articuladas e participativas.

Algumas lacunas de evidências permanecem e sinalizam direções para futuras pesquisas e diagnósticos. A primeira diz respeito à escassez de avaliações de impacto de programas sobre as taxas efetivas de sucessão rural, indo além da mensuração de percepções e intenções. A maioria dos estudos se apoiava sobre evidências frágeis, muitas vezes sem estabelecer uma conexão causal entre a intervenção e a sucessão rural. A segunda lacuna refere-se à necessidade de estudos longitudinais que acompanhem grupos de jovens ao longo do tempo, capturando como as decisões de permanência ou saída se reconfiguram diante de mudanças nas condições familiares, econômicas e territoriais. A terceira lacuna envolve o aprofundamento das análises de equidade, incluindo análises com enfoque de gênero, etnia, raça e deficiência, por exemplo. Por fim, sugerem-se pesquisas que considerem os impactos de questões ambientais, como as mudanças climáticas, no processo de sucessão rural e o seu impacto sobre os determinantes de permanência das juventudes no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Rafael Gonçalves; BINOTTO, Erlaine; BORGES, João Augusto Rossi. Family farm succession: evidence from absorptive capacity, social capital, and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032022000400202&lng=en. Acesso em: 6 mar. 2026.

BARROS, Marcilene Ramos. **A migração campo-cidade no contexto da juventude rural do assentamento Vera Cruz em Grajaú-MA**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2022. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/7086>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BORSOI, Luanda. Permanência do jovem no campo: um levantamento sobre os fatores que influenciam esta decisão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 6., 2023, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SINGEP, 2023. Disponível em: <https://singep.org.br/6singep/resultado/328.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano *et al.* Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopia: Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial**, n. 19, p. 119-135, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6757/675773059006/675773059006.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

BREITENBACH, Raquel. Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 1, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032024000100213&lng=en. Acesso em: 6 mar. 2026.

CARVALHO, Amanda Loiola de. Sucessão: dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas – POLITI(K)CON**, v. 1, p. 113-128, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354>. Acesso em: 6 mar. 2026.

CASTRO, Elisa Guaraná de; DULCI, Luiza Borges. **Mulheres, juventudes e a transformação do sistema agroalimentar**. San José, CR: Instituto Interamericano de

Cooperação para a Agricultura (IICA), 2021. Disponível em:
<https://repositorio.iica.int/bitstreams/8a41e933-b4d9-42aa-8cf2-2fd4ad980ab9/download>. Acesso em: 6 mar. 2026.

DELAZERI, Linda Marcia Mendes et al. **Rural outmigration in Northeast Brazil: Evidence from shared socioeconomic pathways and climate change scenarios**. Journal of Rural Studies, v. 91, p. 73–85, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.03.004>

DUARTE, Bruno Monteiro. **As emoções e os projetos de vida das juventudes rurais da Zona da Mata mineira frente às mudanças climáticas**. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2025. Disponível em:
<https://locus.ufv.br/items/970cc6aa-21d7-42a9-a25e-2af0d7fa4070>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FAO. **Hear it from the countries: Rural Youth Action Plan – good practices**. Rome: FAO, 2023. 62 p. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3942en>

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Juventudes do campo e agroecologia: a condição juvenil camponesa na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2021. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/24152>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FLORENCIO, Thiago da Silva. **Juventude rural e as questões do êxodo rural no município de São Luís Gonzaga do Maranhão**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônoma) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em:
https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/4591/1/MONOGRAFIA%20%E2%80%93%20THIAGO%20DA%20SILVA%20FLOR%C3%80NCIO%20%E2%80%93%20AGR%C3%94MICA%20CCA%20UEMA%202023_editado.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

FONSECA, Aline Souza da; PAULA, Felipe da Silva; SOUZA, Romário Pimenta de. A influência do projeto profissional do jovem na permanência no campo e na sucessão familiar. **Revista Incaper em Revista**, 2025. Disponível em:
<https://www.revista.incaper.es.gov.br/index.php/ojs/article/view/36>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FREITAS, Gilmar Vieira. **"O campo, para mim, me define quem eu sou": escolas famílias agrícolas e suas contribuições para a vida de jovens do campo no Médio Jequitinhonha – MG**. 2024. 419 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/13392>. Acesso em: 6 mar. 2026.

JESUS, Micheline Santos de; OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. Juventude e sua permanência no campo. In: **Coleção Formação e Produção de Conhecimento**. [S. l.: s. n.], 2022. p. 57. Disponível em: <https://propesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2025/12/CORPO-FILOSOFIA-E-AFRICANIDADES-NO-RECONCAVO-DA-BAHIA.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

KESTRING, Karina et al. Sucessão rural: a percepção dos agentes de ATER. **Extensão Rural**, v. 28, n. 3, p. 79–95, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/63957>. Acesso em: 6 mar. 2026.

KRÜGER, Cristiane et al. Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural. **Revista de Economia e**

Sociologia Rural, v. 61, n. 3, e260311, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/Lp9dB7qBpZWGfFxfbb6JLGm/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

LEHNER, Márcio Luís; NASCIMENTO, Lucio Fabio Cassiano. Juventude rural e permanência no campo: perfil, desafios e oportunidades na Semana do Fazendeiro da UFV/2024. **Epitaya E-Books**, v. 1, n. 115, p. 128-133, 2025. DOI: 10.47879/ed.ep.20250101p128. Disponível em:
<https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/1618>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MAGALHÃES, Biatriz Ferreira; SILVA NUNES, Anísio da; SZNITOWSKI, Adeline Minetto. Sucessão familiar e permanência do jovem no meio rural. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 18, e14135, 2025. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/14135>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, e187438, 2020. DOI: 10.1590/1806-9479.2020.187438. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021. Disponível em:
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/1448>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MARTINS, Leonardo Rauta. Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, v. 3, n. 1, p. 137-156, 2023. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/riet/article/view/15342>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MOCELIN, Janaine Vitoria; TRÊS, Naiara; KRUGER, Silvana Dalmutt; FABRIS, Joice. Sucessão familiar rural: desafios na percepção dos gestores rurais. **ABCustos**, v. 19, n. 2, p. 127-154, 2024. Disponível em:
<https://revista.abcustos.org.br/abcustos/article/view/738>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin Peña. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. spe, e235637, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/6LBFPnjFwpwkcYFH3Y8gyCQ/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2026.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. 2ª Reimpressão. Vitória: EDUFES, 2013

NOTTAR, Luiz Alberto; FAVRETTO, Jacir. A determinação dos jovens rurais e a sucessão na agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 343-358, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/90303289/6732.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rqJZYn8tbSbMnF9CgDXwbQ/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2026.

PAVAN, André Augusto; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* Sucessão, invisibilidade e permanência: desafios contemporâneos da agricultura familiar no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 9, e9016, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/9016>. Acesso em: 6 mar. 2026.

RODIGHERI, Regina; GRZYBOVSKI, Denize; SILVA, Maicon Hoffman da. Gestão de propriedades rurais familiares: dificuldades, desafios e sucessão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, e1980, 2023. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1980>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014. v. 2, p. 61-84. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/2641cc55-d58b-4087-a083-8f8e5d31914c/full> Acesso em: 4 maio 2026.

SANTOS, Dione Costa; SOUZA, Heron Ferreira; MARTINS, Márcia Eliana. Juventude rural e economia solidária: uma revisão de literatura. **Cadernos Macambira**, v. 7, n. especial, p. 108-126, 2022. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/687>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SANTOS, Itaan Pastor; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A juventude rural do território Campos e Lagos no estado do Maranhão: os processos de migração e as mudanças sociais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, n. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/14289>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SIGNOR Cleverson Paulo. 2019. **Empreendedorismo rural: intenções empreendedoras dos jovens acadêmicos da área de ciências agrárias**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19424/DIS_PPGAGRONEGOCIOS_2018_SIGNOR_CLEVERSON.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 mar. 2026.

SILVA, Cleibson dos Santos; MONTEIRO, Denis; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. Juventudes da agricultura familiar camponesa: análise socioeconômica e ecológica no Território da Borborema (Paraíba, Brasil). **Revista NERA**, v. 28, n. 3, 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-67552025000300200&lng=en. Acesso em: 6 mar. 2026.

SILVA, Maicon Hoffmann da. **Fatores determinantes da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.upf.br/items/c86a6a64-4e38-4d1b-b725-d89463d7b587>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SILVA, Maria Lúcia Rocha da *et al.* **Sucessão familiar**: desafios e percepção da juventude no processo de produção agrícola no assentamento Bom Jardim, Barreiros – PE. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Agroecologia) – Instituto Federal de Pernambuco, Campus Barreiros, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1979>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SOUSA, Tommy Flávio Cardoso Wanick Loureiro de. **Juventudes do campo**: interseções entre projetos de vida, trajetórias e a educação agroecológica na Zona da Mata mineira.

2025. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/21100>. Acesso em: 6 mar. 2026.

STAMPINI, Andreza Teixeira Guimarães. **A socialização digital e o projeto de vida dos jovens rurais em um pequeno município de base agrícola do interior de Minas Gerais**. 2021. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29763>. Acesso em: 6 mar. 2026.

STOBIENIA, Anne Gabriele dos Santos *et al.* **Sucessão rural**: barreiras e facilitadores do processo sucessório em empreendimentos rurais familiares. 2023. Dissertação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5694>. Acesso em: 6 mar. 2026.

SZNITOWSKI, Adelice Minetto; SOUSA, Priscylla Cordeiro de; THIAGO, Fernando. Indicadores organizacionais e planejamento sucessório em empreendimentos rurais de grande porte: um estudo no estado de Mato Grosso. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 51-66, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122021000100051&lng=en. Acesso em: 6 mar. 2026.

TONEZER, Cristiane; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; CERATTI, Eliziane Raquel Rauch. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 27, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552074887005/552074887005.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

VASCONCELOS, Camila Thaís Diniz. **Desafios da permanência e da sucessão rural dos jovens no campo**: a política pública de promoção do acesso à terra em duas regiões no estado de Minas Gerais. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/CienciasSociais_CamilaThaisDinizVasconcelos_30118_Textocompleto.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

ZAMBIASI, Larissa de Souza; ALBERTI, Ricardo. Sucessão e continuidade no meio rural: a dinâmica de permanência uma análise conceitual. **Revista DCS**, v. 22, n. 84, e3727, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3727>. Acesso em: 6 mar. 2026.

ZIEGLER, Sandra. **Para que el campo siga vivo**: perspectivas de las juventudes rurales en la construcción del futuro de América Latina y el Caribe. San José, CR: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 2025. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstreams/cf3092a1-b985-4052-a2db-4464c7a32495/download>. Acesso em: 6 mar. 2026.

ANEXO

Metodologia: Protocolo de execução da Resposta Rápida

A revisão de literatura foi realizada nas bases acadêmicas Scielo e Google Scholar. Foi realizada também busca por literatura cinzenta, de modo a identificar relatórios técnicos, relatórios de gestão e estudos de caso nacionais e internacionais. Para isso, foram acessados os repositórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos:

Critérios de inclusão:

- Estudos sobre jovens rurais e determinantes de sua permanência no campo;
- Experiências localizadas no Brasil, Minas Gerais, Maranhão, América Latina (AL) enquanto região e países da AL, ou Sul Global;
- Publicações dos últimos 5 anos;
- Estudos que incluem experiências de políticas e intervenções que indicam boas práticas/recomendações.

Critérios de exclusão:

- Estudos sobre jovens rurais que não tratavam de questões relacionadas à permanência no campo;
- Estudos exclusivamente teóricos sobre sucessão rural;
- Estudos exclusivamente teóricos ou descritivos sobre políticas/projetos de lei;

A tabela abaixo apresenta o total de estudos incluídos por base de dados, após seleção e eliminação de duplicatas.

Base	Total de estudos incluídos
Scielo	5
Google Scholar	32
Embrapa	0
Cepal	0
FAO	1
Ipea	0
IICA	2
Busca manual	4
Total geral de estudos incluídos	44

Foram realizadas 186 entrevistas com o objetivo de obter informações territorializadas nos locais em que o Instituto Meio possui atuação, no Maranhão e em Minas Gerais. O perfil e quantidade de pessoas entrevistadas estão organizados na tabela abaixo:

Perfil	Número de pessoas entrevistadas
Famílias (MA)	54
Juventudes (MA)	51
Famílias (MG)	55
Juventudes (MG)	26
Total geral de entrevistas realizadas	186

Com o objetivo de assegurar a confidencialidade, princípios éticos de pesquisa e diretrizes de proteção de dados, os nomes das pessoas entrevistadas não serão divulgados.